



BRAZILIAN
TUNNELLING
COMMITTEE



CBT
COMITÉ
BRASILEIRO
DE TÚNEIS

I Seminário de Práticas Contratuais em Tuneis



Brasília, DF, 13 de setembro de 2018.



Júlio César Bueno

Sócio de Pinheiro Neto Advogados, responsável pela área de Projetos, Direito da Construção e Contratos de Engenharia

Presidente Eleito da Dispute Resolution Board Foundation (DRBF)

Presidente da Sociedade Brasileira de Direito da Construção (SCL Brasil)

Fellow da International Academy of Construction (IACL)

Membro da UK Society of Construction Law (SCL UK)

Fellow da International Construction Law Association (ICLA)

Membro da Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS)

Atua como árbitro, mediador e dispute board member

Coordenador do Grupo de Estudos de Arbitragem em Infraestrutura do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr)

Contato: jbueno@pn.com.br

(11) 3247 8667 | (11) 98214-7443

Wulf Schubert (Institute for Rock Mechanics and Tunnelling, Graz, Austria), during an event organized in 2011 by the Comitê Brasileiro de Túneis (CBT) at the Instituto de Engenharia de São Paulo

"Every tunnelling project is a prototype"

"If anything bad can happen, it probably will"

"Nothing is unpredictable. We are simply not so smart to properly read the signs"

Construction Industry Institute, Dispute Prevention and Resolution Dr. Michael C. Vorster, Professor of Civil Engineering at Virginia Polytechnic Institute and State University in Blacksburg, Virginia

“... Construction costs are currently being boosted by up to 30% as key personnel struggle with the claims-ridden nature of the modern construction industry ...”

*UK National Contractors Group, Reading University
Centre for Strategic Studies in Construction*

“... Both in the UK and US construction sectors, adversity and disputes arise primarily due to lack of communication, distrust, misinterpretations of contracts, uncertainties of roles and responsibilities, and ‘us vs. them’ attitudes due to an imbalance of risks allocations ...”



“Death, Tax & Claims”

Fatores críticos (By Professor Peter Kamminga)

1. Competição acirrada na fase de apresentação de propostas
2. Pouco tempo para preparação da proposta pelo construtor
3. Pouca atenção para o desenvolvimento adequado da engenharia
4. Falta de compartilhamento das ferramentas de planejamento e gestão do projeto
5. Conflitos entre os participantes do projeto (e.g., entre os participantes no local da obra ou entre gerentes de projeto e diretores de projeto)
6. Demora na percepção adequada de problemas e/ou proposição conjunta de soluções



1940-1990

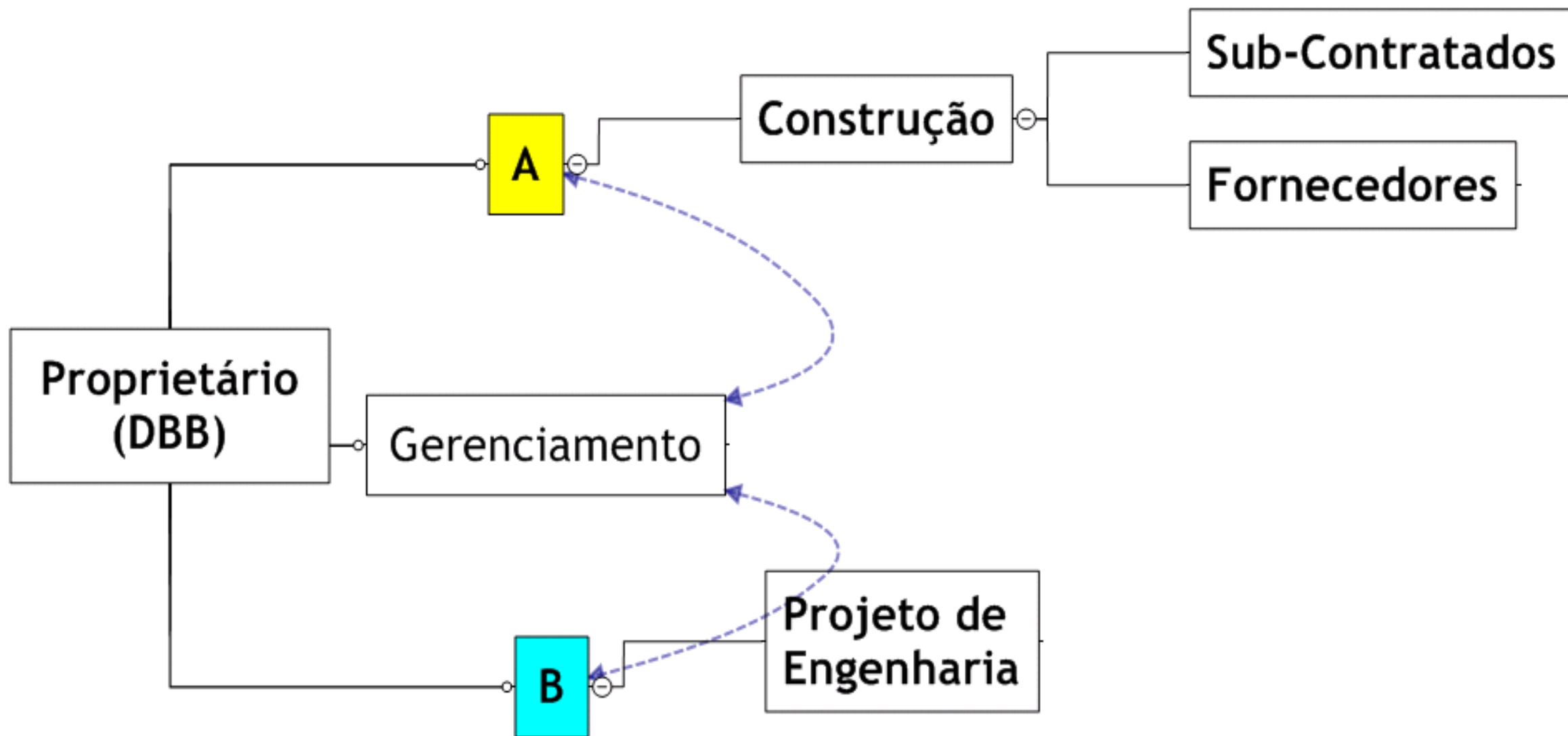
- O Direito da Construção está vinculado ao Direito Administrativo
- O principal contratante é o Poder Público
- O modelo clássico de contratação é o **DBB** (Design, Bid and Build)
- Foco na negociação administrativa de pleitos
- Nenhum incentivo ao Value Engineering

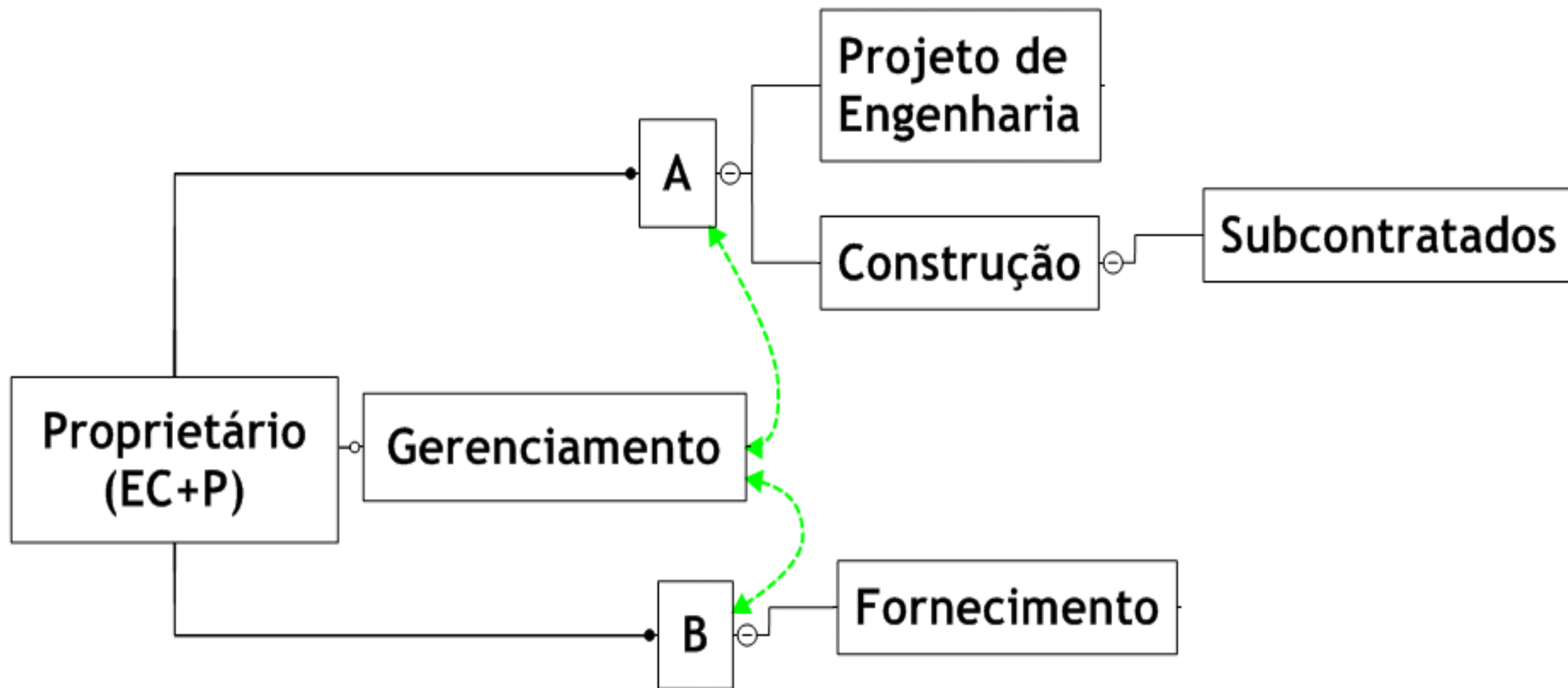
1990-2005

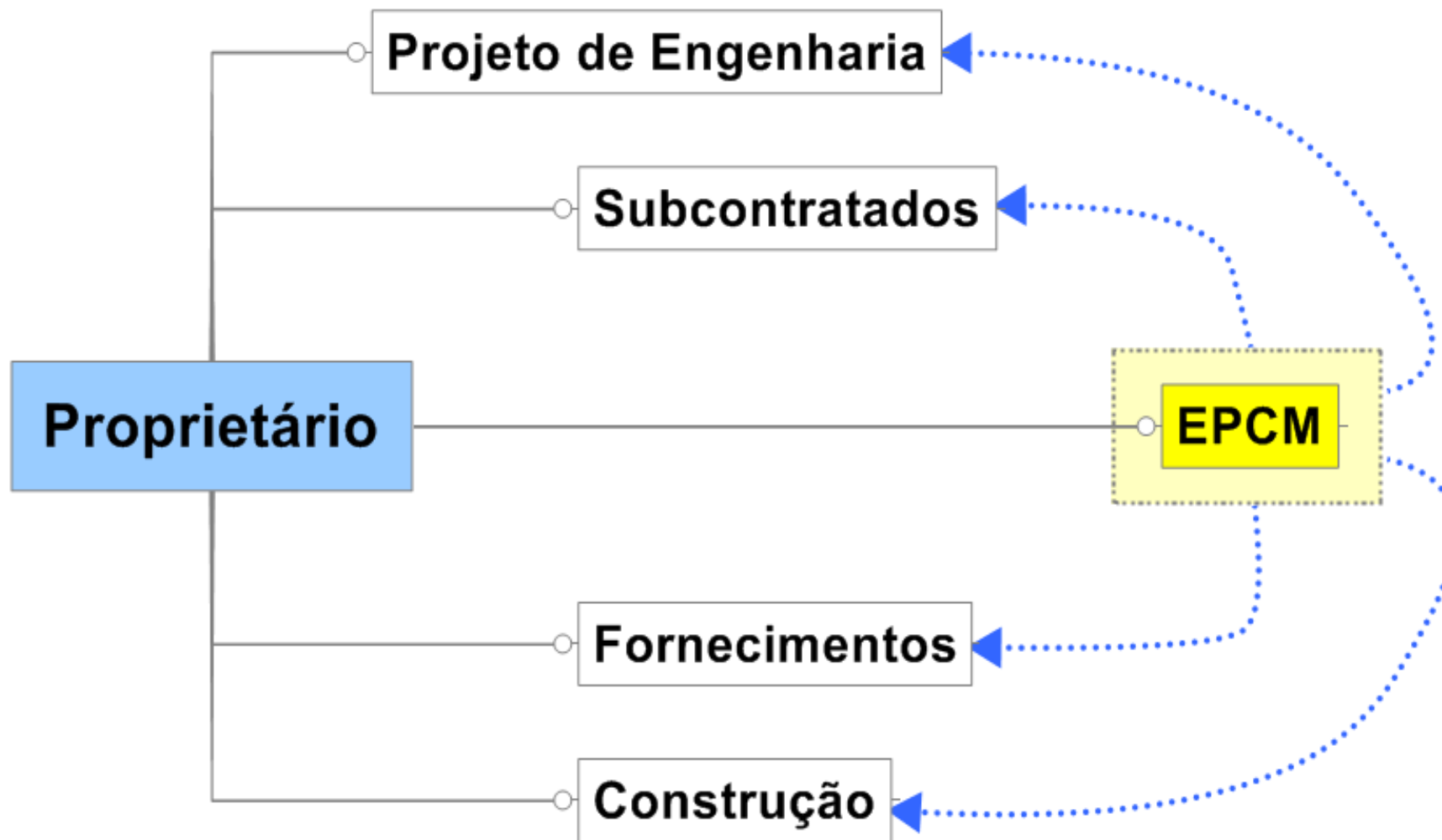
- Nova Lei de Licitações
- Lei de Arbitragem
- Programa de Privatização
- PROINFA para incentivo de PCH's
- Incremento na adoção de contratos no modelo **EPC** (Engineering, Procurement and Construction)
- Algum incentivo ao Value Engineering

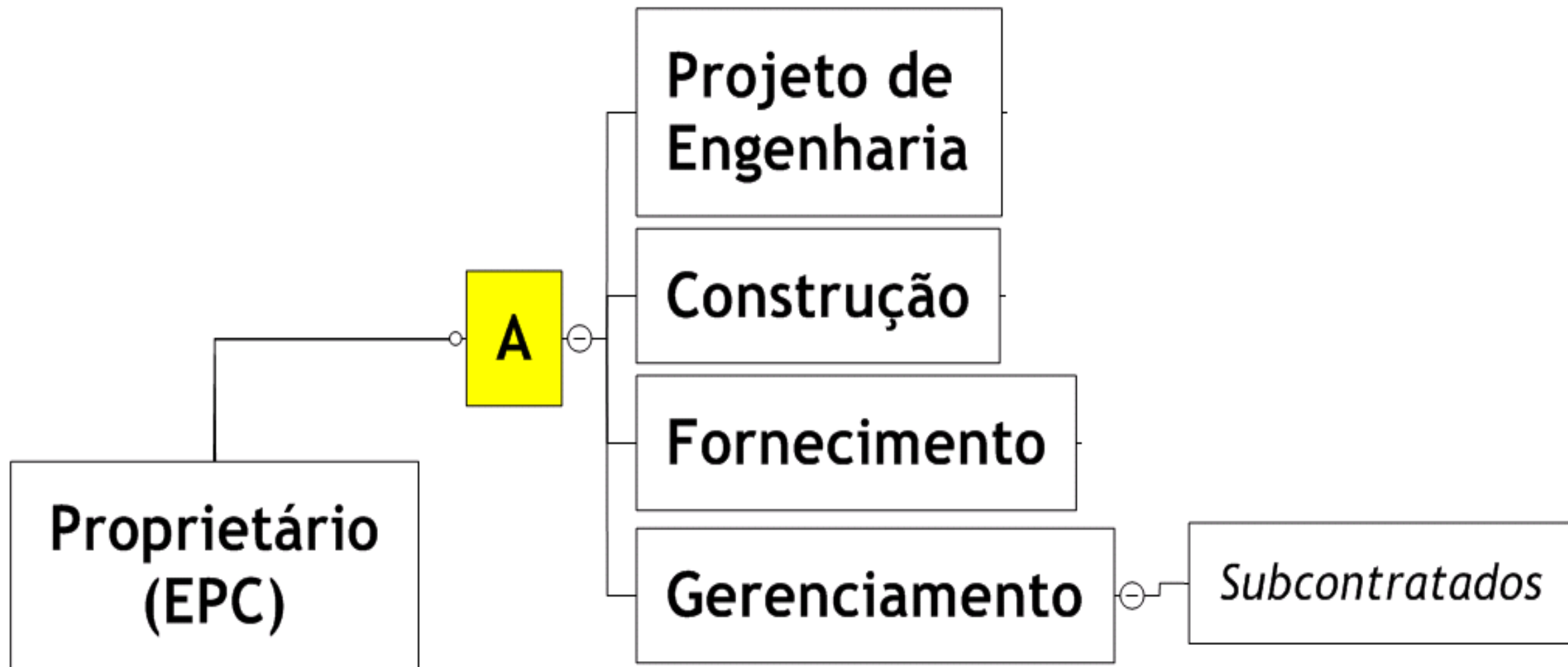
2006-2018

- Foco no gerenciamento de pleitos e incentivo ao Value Engineering
- Incremento na adoção de **Contratos FIDIC no Brasil**
- Incremento na adoção Contratos de Aliança
- Gestão estratégica do contrato, com planejamento para as diversas fases do projeto
- Questões de *compliance*, governança e gerenciamento de crises



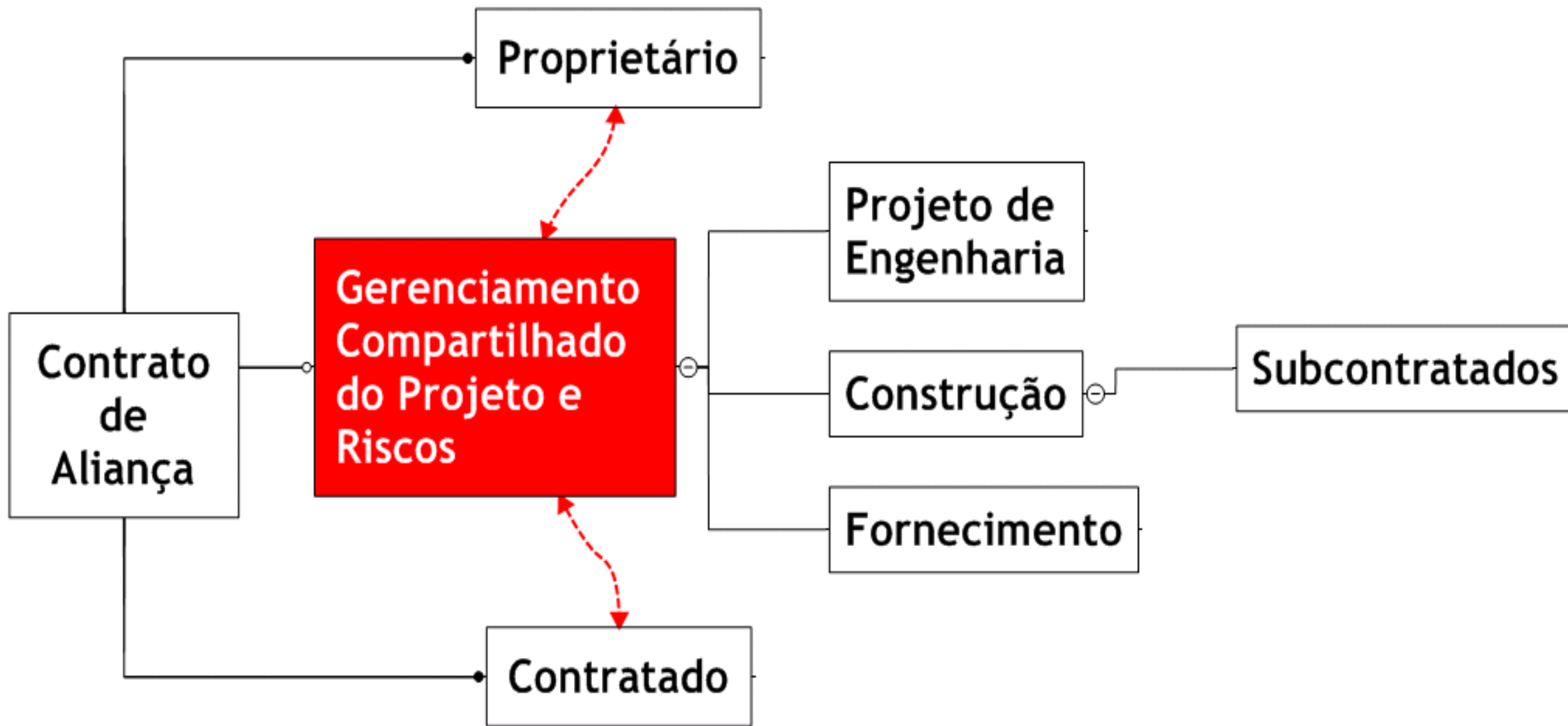


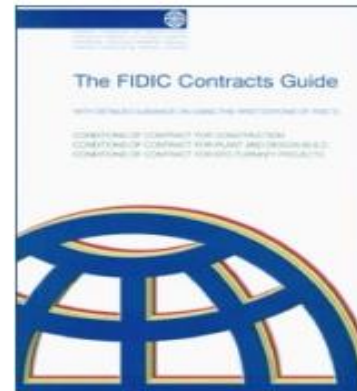




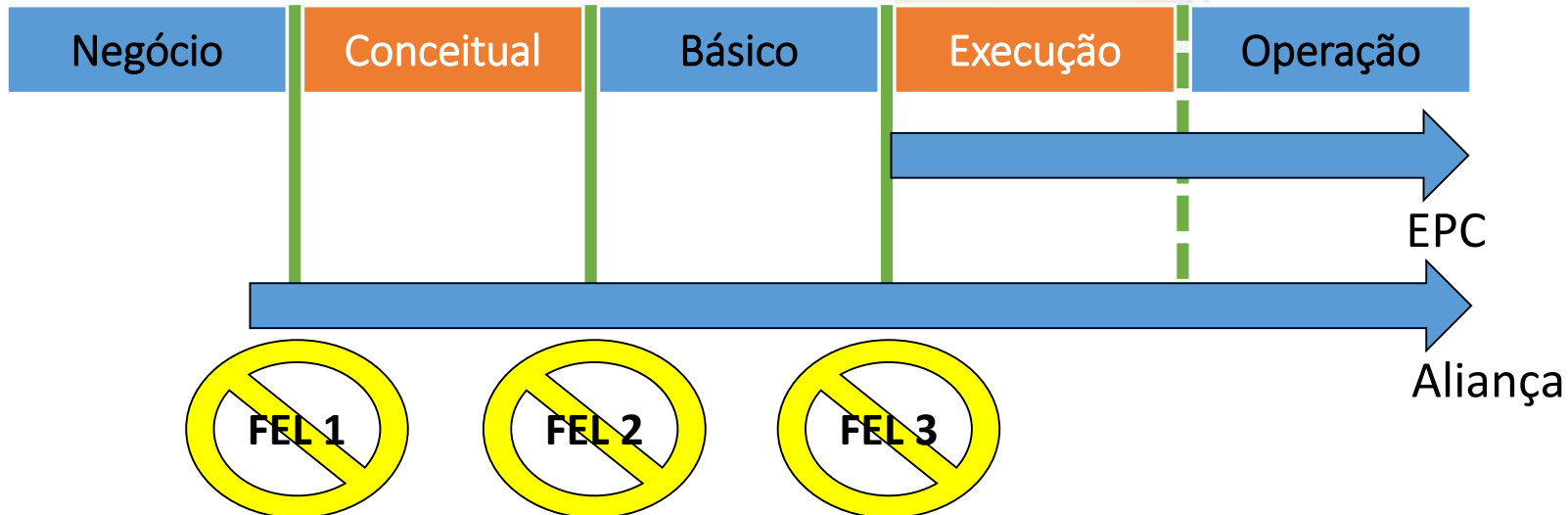
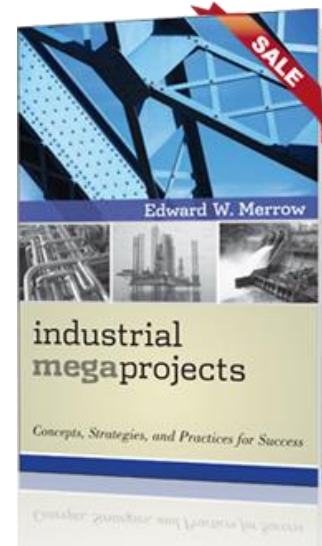


“Batalha Naval de Riscos”





IPA Independent Project Analysis



- ***US case law***

United States v Spearin (1918), 248 U.S. 132

“Where one agrees to do, for a fixed sum, a thing possible to be performed, he will not be excused or become entitled to additional compensation, because unforeseen difficulties are encountered. Thus, one who undertakes to erect a structure upon a particular site, ordinarily assumes the risk of subsidence of soil.”

“If the contractor is bound to build according to plans and specifications prepared by the owner, the contractor will not be responsible for the consequences of defects in the plans and specifications. (...) This responsibility of the owner is not overcome by the usual clauses requiring builders to visit the site, to check the plans, and to inform themselves of the requirements of the work.”

- Atenção especial para contratante públicos

Stenerson v City of Kalispell, (1981) 629 P.2d 773 Mont.

“Public entity either knew or should have known that the information would be relied on by bidders”

- É correta essa distinção?

- **UK case law**

Bottoms v York Corporation (1892), Hudson Fourth Edition, Vol 2 Table of Cases; *Workshop Tarmacadam Co Ltd v Hannaby* (1995) 66 Con LR 105, CA

- 1) Owner does not provide any information to contractor
“No Information System”

- 2) Owner provides information to contractor but does not warrant the accuracy of such information
“Disclaimer System”

- 3) Owner provides information to contractor and warrants the accuracy and/or the completeness of such information
“DSC System”



Júlio César Bueno

Sócio de Pinheiro Neto Advogados, responsável pela área de Projetos, Direito da Construção e Contratos de Engenharia

Presidente Eleito da Dispute Resolution Board Foundation (DRBF)

Presidente da Sociedade Brasileira de Direito da Construção (SCL Brasil)

Fellow da International Academy of Construction (IACL)

Membro da UK Society of Construction Law (SCL UK)

Fellow da International Construction Law Association (ICLA)

Membro da Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS)

Atua como árbitro, mediador e dispute board member

Coordenador do Grupo de Estudos de Arbitragem em Infraestrutura do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr)

Contato: jbueno@pn.com.br

(11) 3247 8667 | (11) 98214-7443